



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



**Justiça  
com  
Iniciativa**

ao serviço da **competitividade e do investimento**

# Serviços inovadores

- A Justiça deve estar ao serviço do desenvolvimento económico e do investimento.
- Por isso, o Ministério da Justiça já criou serviços inovadores para os cidadãos e para as empresas:
  - A Empresa na Hora;
  - O Documento Único Automóvel;
  - As publicações *on-line* dos actos das empresas.





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ao serviço da **competitividade e do investimento**

# Empresa na Hora

- Desde 14 de Julho de 2005 é mais fácil, mais rápido, mais barato e mais seguro constituir empresas em Portugal.
- Com a Empresa na Hora é possível criar uma sociedade comercial em apenas **55 minutos**, num atendimento único, nas conservatórias do registo comercial e nos CFEs.
- Portugal passou a ser o estado europeu onde é mais rápido constituir uma empresa.



# Empresa na Hora

- A Empresa na Hora já existe em 25 postos de atendimento.
- No final de Fevereiro, a Empresa na Hora estará disponível em **30 postos de atendimento**, abrangendo todos os distritos do continente.



# Empresa na Hora

- Até 31 de Janeiro foram criadas **2.827 Empresas na Hora**.
- A Empresa na Hora representa já **21 % das sociedades comerciais criadas em Portugal** desde Julho de 2005.
- Quem constituir a Empresa na Hora já tem hoje um endereço de domínio para o *site web* e para o *e-mail*.
- A partir de Julho, quem constituir a Empresa na Hora passará a poder aderir imediatamente a um centro de arbitragem.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



# Documento Único Automóvel



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ao serviço da **competitividade e do investimento**

# Documento Único Automóvel

- Em 31 de Outubro foi lançado o projecto Documento Único Automóvel.
- Desde essa data começou a ser emitido o Certificado de Matrícula, para todos os veículos registados no continente.
- O Certificado de Matrícula substituiu o livrete e o título de registo de propriedade.
- Em cerca de três meses já foram emitidos mais de **meio milhão** certificados de matrícula.



Portal MJ – Publicação On-Line de Acto Societário

http://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.asp?NIPC=&sFirma=&dfDistrito=07&dfConcelho=05

# Portal da Justiça

A Justiça ao serviço do cidadão e das empresas

Publicação On-Line de Acto Societário

Página Inicial **Pesquisar** Pedido de Publicação Como está o seu pedido? Legislação

## Pesquisa de Publicação

NIF/NIPC

Entidade

Distrito Évora

Concelho Évora

Pesquisar Publicações entre  e  (A data deve ser inserida no formato AAAAMDD)

Tipo de Publicação ☐ Todos os actos ☒ Publicação Acto de Registo ☐ Outras Publicações

**Pesquisar** **Limpar**

Data	NIF /NIPC	Entidade	Concelho	Acto/Facto
2006-02-07	507634179	MORESIZE - MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA UNIPessoal LDA	Evora	Contrato de sociedade, designação de membro(s) de <a href="#">Conteúdo</a> órgão(s)
2006-02-04	500697884	CERCIDIANA - COOPERATIVA PARA EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO E INSERÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE ÉVORA CRL	Evora	Designação de órgãos sociais <a href="#">Conteúdo</a>
2006-02-04	503188107	CURVA DE NÍVEL - GABINETE DE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LDA	Evora	Cessação de funções de membro(s) do(s) órgão(s) social(ais) <a href="#">Conteúdo</a>
2006-02-04	506711676	CASARIOS DO MONTE - MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LDA	Evora	Cessação de funções de membro(s) do(s) órgão(s) social(ais) <a href="#">Conteúdo</a>
2006-02-03	502456124	BOIALVO & BADAGOLA LDA	Evora	Aumento do capital <a href="#">Conteúdo</a>

Done



# Publicações *on-line* dos actos das empresas

- Em 1 de Janeiro, as empresas deixaram de publicar os actos relativos à sua vida na III série do Diário da República (DR).
- Agora, os actos das empresas são publicados no site [www.mj.gov.pt/publicacoes](http://www.mj.gov.pt/publicacoes).
- A publicação é muito mais rápida e barata.
- Desde 2 de Janeiro já foram **publicados 13.277 actos**.
- As empresas poupam **15 a 17M€/ano**.



# Menos burocracia, mais investimento

- O Governo aprovou novas medidas para promover o desenvolvimento económico e incentivar o investimento no nosso país.
- Com as novas medidas, eliminam-se actos e procedimentos inúteis. Só com 3 medidas (escrituras, livros e publicações *on-line*), **eliminam-se 815.000 actos/ano**.
- As empresas poupam, para poder investir: há menos deslocações, gasta-se menos tempo em actividades burocráticas e gasta-se menos dinheiro. Só com as 3 medidas referidas, poupam **125M€/ano**.



Justiça  
com  
Iniciativa



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ao serviço da **competitividade e do investimento**

# Escrituras públicas facultativas

## Fim do duplo controlo de legalidade

- Todas as **escrituras notariais sobre actos da vida das empresas vão tornar-se facultativas.**
- Vai acabar o duplo controlo de legalidade, hoje efectuado pelo notário e pelo conservador do registo.
- O único controlo obrigatório passa a ser realizado na conservatória do registo comercial.
- Apenas se manterá a necessidade de escritura quando haja transmissão de um imóvel.



# Escrituras públicas facultativas

## Fim do duplo controlo de legalidade

Passam a deixar de ser obrigatórias, por exemplo, as escrituras de:

- constituição de sociedade comercial;
- alteração dos- estatutos;
- aumento do capital social;
- alteração da firma;
- alteração do objecto social;
- alteração da sede;
- fusão e cisão;
- dissolução;
- partilha ou divisão de quotas;
- transmissão de quotas;
- criação de grupo paritário em sociedade comercial;
- contrato de subordinação em sociedade comercial. •



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

# Escrituras públicas facultativas

## Fim do duplo controlo de legalidade

- A actividade das empresas torna-se mais ágil, mais simples, mais eficaz e com menos custos.
- Deixarão de ser obrigatórias cerca de **65.000 escrituras/ano**.
- Permite-se que as empresas poupem milhões de euros/ano.
- Muitos actos vão passar a ser validamente praticados “na hora”.



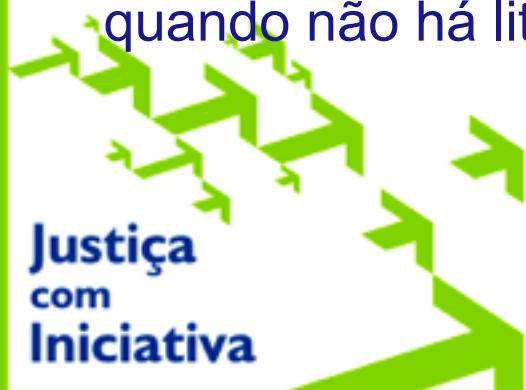
# Dissolução e liquidação na hora de empresas

- Hoje, o processo de dissolução e liquidação de uma sociedade é moroso e complexo.
- Vai ser criada a “**dissolução e liquidação na hora de sociedades comerciais**”.
- Bastará que todos os sócios estejam de acordo e tenham previamente resolvido as questões relativas ao passivo e ao activo da sociedade.
- Depois, só terão de promover o registo na conservatória e a sociedade extingue-se imediatamente.
- As publicações serão feitas *on-line*, pela conservatória.
- Com uma extinção de empresas mais rápida, os recursos disponíveis poderão ser afectos a novos investimentos mais depressa.



# Dissolução e liquidação de empresas inactivas

- Hoje, há cerca de 200.000 empresas juridicamente existentes, mas que não têm actividade.
- São empresas que nunca foram extintas porque o processo é moroso e complexo. Os sócios não as querem e a maioria não tem activo ou passivo.
- A sua permanência prejudica a actuação dos serviços inspectivos do Estado e a monitorização do desempenho da economia nacional.
- Para extingui-las, será criado um **procedimento administrativo de dissolução e liquidação de sociedades comerciais, nas conservatórias**.
- Com esta medida, elimina-se a intervenção obrigatória do tribunal que hoje existe em muitos processos de extinção de empresas, mesmo quando não há litígio.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

# Dissolução e liquidação de empresas inactivas

As sociedades passam a poder ser dissolvidas e liquidadas por iniciativa do Estado e por via administrativa quando:

- Durante dois anos não tenham depositado as contas e não tenham entregue a declaração fiscal de rendimentos;
- A administração tributária comunique à conservatória a ausência de actividade da sociedade ou a cessação de actividade fiscal da sociedade.



# Dissolução e liquidação de empresas inactivas

- Das empresas inactivas, vários milhares são sociedades por quotas que não aumentaram o capital social de 400.000\$ para 1.000.000\$ quando isso passou a ser obrigatório.
- São empresas que o Estado tem a obrigação de extinguir.
- Todas elas teriam de ser extintas pelo tribunal, gerando dezenas de milhares de processos judiciais, se não fosse eliminada a intervenção judicial obrigatória.



# Eliminação dos livros da escrituração mercantil

- Hoje, é obrigatória a existência de vários livros de escrituração mercantil nas empresas: o diário, o razão, o inventário, o balanço, o copiador e o livro de actas.
- Estes livros têm de ser legalizados nas conservatórias: é aposto um termo de abertura, as folhas são rubricadas e é aposto um termo de encerramento.



# Eliminação dos livros da escrituração mercantil

- A informação destes livros é redundante e já existe nos instrumentos contabilísticos das empresas. É uma burocracia inútil e desnecessária.
- **Todos os livros serão eliminados, excepto o livro de actas.**
- E mesmo o livro de actas deixará de ser legalizado nas conservatórias.
- Cerca de **500.000 actos de controlo deixarão de ser obrigatórios.**



# Fusões e cisões mais rápidas e fáceis

O processo de fusão/cisão de sociedades comerciais é complexo, burocrático, moroso e caro.

São necessários:

- 3 actos de registo nas conservatórias,
- 4 publicações na III série do DR em papel;
- 1 escritura pública no cartório notarial;
- 2 publicações em jornal local.

Com estas medidas, **bastarão 2 actos de registo e 2 publicações em *site web*, por via electrónica.**

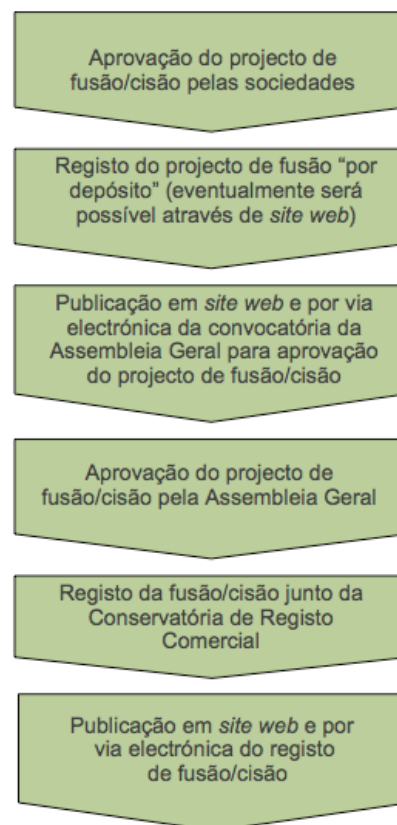


# Fusões e cisões mais rápidas e fáceis

## Regime actual



## Novo regime



# Autenticações e reconhecimentos mais fáceis e baratos

- Hoje, podem reconhecer assinaturas na qualidade e por semelhança os notários os advogados, os solicitadores e as câmaras de comércio e indústria.
- Mas as autenticações de documentos e os reconhecimentos presenciais só podem ser feitos por notários.



# Autenticações e reconhecimentos mais fáceis e baratos

- Com estas medidas, **os advogados, os solicitadores, as câmaras de comércio e indústria e as conservatórias** passam a poder **autenticar documentos e reconhecer assinaturas presencialmente**.
- Está em causa, designadamente:
  - Reconhecer uma assinatura num contrato-promessa de compra e venda de um imóvel;
  - Fazer uma procuração para adquirir um imóvel.
- Passa a haver concorrência, onde antes não havia.
- Não é prejudicada a segurança jurídica: todos são entidades públicas ou com poderes públicos ou já praticavam actos semelhantes.



# Informação Empresarial Unificada

- A prestação de contas, a **informação fiscal anual das empresas (o modelo 22)** e as **informações estatísticas** que as empresas têm de prestar vão **ser unificadas num único acto**.
- As empresas deixarão de estar obrigadas a fornecer estas informações em formulários diferentes, muitas vezes em papel e repetindo o que já foi dito a outros serviços do Estado.



# Informação Empresarial Unificada

- A informação passará a ser **prestada por via desmaterializada e electrónica**, sem necessidade de deslocações e de repetições.
- As empresas e o Estado conhecerão muito melhor o estado da economia do país.
- A informação empresarial unificada entra em funcionamento em 2007.



# Praticar qualquer acto em qualquer conservatória

## Eliminação da competência territorial

- Hoje, as empresas têm de se dirigir à conservatória de registo comercial da sua sede para praticar actos de registo comercial.
- No início de 2007, **qualquer sociedade passará a poder praticar qualquer acto em qualquer uma das cerca de 307 conservatórias do registo comercial do país.**
- Os serviços ficarão mais próximos das empresas, que poupam em deslocações.
- A empresa passa a poder escolher a conservatória que presta o melhor serviço: mais rápida e com melhor atendimento.



# Registos *on-line*

Um contributo para o Plano Tecnológico

- Até ao final deste ano, será possível **efectuar registos *on-line***, através de um *site web* gerido pelos serviços do Ministério da Justiça.
- As empresas poderão solicitar a prática de actos de registo sem deslocações físicas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

# Certidão permanente

- Já no segundo semestre deste ano, estará disponível um serviço de valor acrescentado para as empresas: a certidão permanente.
- Passa a permitir-se que a empresa pague, para ter uma **certidão permanentemente disponível num *site web*** gerido pelo Ministério da Justiça.



# Certidão permanente

- Assim, a conservatória colocará a certidão solicitada *on-line*.
- Enquanto a certidão estiver *on-line*, nenhuma entidade pública poderá exigir de quem pagou este serviço uma certidão em papel. Ficarà obrigada a consultar o *site*.
- Deixará de se exigir constantemente novas certidões e fotocópias.



# Procedimentos mais simples

- Os **procedimentos ficarão mais simples** e passam a realizar-se maioritariamente num atendimento único.
- Quatro exemplos:
  - Alteração do capital social;
  - Alteração dos estatutos da empresa;
  - Transformação da sociedade comercial;
  - Redução do capital social.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

# Procedimentos mais simples

- Os processos de alteração do capital social, de alteração dos estatutos e de transformação de sociedades por quotas em sociedades anónimas e vice-versa tornam-se muito mais simples com estas medidas.
- Hoje, é necessária 1 escritura pública, 1 acto de registo e uma publicação em papel, na III série do DR.
- Com estas alterações, bastará 1 acto de registo, em atendimento único. Depois, a conservatória faz logo a publicação, através de um *site web*.



# Procedimentos mais simples

- O processo de redução do capital social de uma sociedade também fica muito mais fácil.
- A menos que se destine apenas a cobertura de perdas, envolve 1 autorização do tribunal, 1 escritura pública, 1 acto de registo e 1 publicação em papel, na III série do DR.
- Com estas novidades, passa a ser suficiente 1 acto de registo, em atendimento único. A conservatória publicará o acto, através do *site web*.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

# Preços mais baixos

- Os preços descem, para fomentar o desenvolvimento económico e incentivar o investimento.
- Os preços nas conservatórias passam a ser únicos, com tudo incluído: registos, publicações, certidões e emolumentos pessoais. Ficarà mais fácil conhecer os custos dos actos.
- As autenticações de documentos e os reconhecimentos presenciais de assinaturas nas conservatórias de registo comercial serão mais baratos: **a redução de preços varia entre 28% e 60%.**



# Preços mais baixos

- A dissolução e liquidação na hora passa a ser muito mais barata que dissolver empresas pela via mais rápida hoje existente:

**±470€ + imposto de selo (IS) → 250€+IS**

- As fusões/cisões ficam muito mais baratas:

**±1210€+IS → 250€+IS**

- Os aumentos de capital social tornam-se muito mais baratos:

**±515,48€+IS → 200€+IS**



# Preços mais baixos

- As alterações de estatutos também ficam muito mais baratas:

**±564,48€+IS → 200€+IS**

- As transformações também serão muito mais baratas:

**±545,48€+IS → 200€+IS**

- E também as reduções de capital social serão mais baratas:

**±541,48€+IS → 200€+IS**



# Quando entram em vigor as medidas ?

- A generalidade destas medidas entram em vigor durante o primeiro semestre de 2006.
- A certidão permanente estará disponível no 2.º semestre de 2006.
- Até ao final do ano, passam a poder realizar-se registos *on-line*.
- A eliminação da competência territorial das conservatórias entra em vigor no início de 2007.
- A primeira Informação Empresarial Unificada ocorrerá em 2007.



# Um projecto pensado, dos parceiros e do sector público

- As medidas foram desenvolvidas com a ajuda de uma Comissão de Desformalização, criada pelo Ministério da Justiça e composta por câmaras de comércio e indústria, centrais sindicais, confederações patronais, centrais sindicais, associações públicas, associações de protecção do consumidor, etc.
- Este é um projecto público, realizado e a desenvolver por serviços públicos e funcionários públicos:
  - Direcção-Geral dos Registos e do Notariado;
  - Instituto para as Tecnologias de Informação na Justiça;
  - Gabinete de Política Legislativa e Planeamento.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

# Uma Justiça com Iniciativa: os novos passos

- Durante o primeiro semestre deste ano, o trabalho da Comissão de Desformalização será simplificar a vida dos cidadãos, no domínio da vida das pessoas: registo civil, registo predial e actos notariais conexos.

